**PROCESSO**: **n º** 1206-7123/2016

**INTERESSADO:** Kaius César de Moura Neves e outros

**Assunto:** Indenização por apreensão de arma de fogo

Trata-se de **Processo Administrativo nº 1206-7123/2016**, em 01 (um) volume, com 24 (vinte e quatro) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensão de arma de fogo e drogas, realizado por **Kaius César de Moura Neves – Matrícula nº 9866769-6 – 2º TEN PM, Fernando da Costa Lima – Matrícula nº 34852-0 – SD PM, Flávio dos Santos – Matrícula nº 32132-0 – SD PM e Rafael Lima do Nascimento – Matrícula nº 1257-2 – SD PM** no valor de R$ 1.010,00 (um mil e dez reais), para ser rateado igualmente entre eles.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 1206-7123/2016, restringiu-se a instrução do processo pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo e drogas, encontra-se em conformidade ao que preconiza a Lei Estadual nº 7.313/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.760/2012, e alterações dadas pela Lei nº 7.550/2013. Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Chefe de Gabinete (fls. 24).

2.1. Constata-se o Requerimento nº 105/2016-1ª CPM/I, de 25/11/16, da lavra Mario César Nunes Palmeira – MAJ QOC PM, solicitando a concessão de indenização por apreensão de arma de fogos, listando os requerentes participantes da apreensão (fls.02/03).

2.2. Foi acostada cópia do auto de apresentação e apreensão: maconha, um revolver 38, taurus, numeração 929386, um revolver 38, taurus, numeração 1398963 (fls. 09).

2.3. Foi acostada cópia do Boletim de Ocorrência número 0206.2016.00481 (fls. 04/06).

2.4. Foram acostadas as cópias da carteira funcional dos militares (fls. 11-14).

2.5. Constata-se Despacho nº 1119/2016 – GSCG/ASS, encaminhando os autos a Secretaria de Segurança Pública, para providenciar a indenização devida aos militares (fls.15).

2.6. Observa-se cópia da Portaria nº 132/GSEP/2017, datada de 10/02/2017, de lavra da Secretária Executiva de Pol. da Segurança Pública, sua publicação no Diário Oficial do Estado em 09/03/2017, concedendo aos Policiais a indenização e determinando o valor de R$ 1.010,00 (um mil e dez reais) para ser rateado igualmente entre eles, pela apreensão da arma de fogo (fls.17).

2.7. Despacho nº 267/SUPOFC/2017, datado de 21/02/2017, da Superintendente do Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, encaminhando os autos ao Secretário de Segurança Pública, informando que em virtude da publicação do Decreto nº 51.828, de 27/01/2017, solicita autorização para dar prosseguimento aos tramites.

2.8. Verifica-se informações sobre a existência de dotação orçamentária, e a conta específica para a alocação da despesa (fls. 21/22).

2.9. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17 (fls. 21/22).

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$ 1.010,00 (um mil e dez reais).
2. **DECLARAÇÃO** – Que seja anexada a declaração de onde os policiais militares estão lotados e que se encontram no serviço ativo.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“*a*“ e “b”**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento.

Maceió-AL, 08 de junho de 2017.

Isabel Cristina Silva Lins

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 105-8**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**